



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

Aos 03 dias do mês de julho de 2019, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 174, de 26 de junho;*
 3. *Discussão e votação do Parecer relativo à PPL n.º 199/XIII/4.ª, que «Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 536/2014, relativo aos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano» - Autor do Parecer: Deputado Ricardo Baptista Leite;*
 4. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 2131/XIII/4.ª (PAN), que «Recomenda ao Governo que, com a comunidade médica e científica, analise a possibilidade de assegurar que o diagnóstico de Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção e a primeira prescrição de metilfenidato e atomoxetina a crianças são realizadas por médico especialista»;*
 5. *Discussão e votação do Parecer relativo ao «Relatório de 2017 sobre a situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e convencionados, no âmbito do sistema de saúde» - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira;*
 6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 906/XIII/2.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes que permitam o cumprimento da lei no que respeita às infeções hospitalares e reforce os estabelecimentos do SNS de meios humanos, materiais e financeiros imprescindíveis ao atingimento de tais fins».*
 7. *Outros assuntos.*
- 10:00 *Audição conjunta: Isabel Aldir, Diretora do Programa Nacional para a Infeção VIH, Sida e Tuberculose; Luis Mendão, do Grupo de Ativistas em Tratamentos – GAT e Emília Rodrigues, Presidente da Associação SOS Hepatites, a requerimento do PSD, sobre «a não administração de tratamentos para doentes com Hepatite C nos hospitais do SNS».*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

11:30 Audiência do Conselho Sub-Regional de Portalegre, da Ordem dos Médicos, sobre «o agravamento das condições em que sobrevive o Hospital Distrital de Portalegre».

2. Apreciação e votação da ata n.º 174, de 26 de junho

A ata n.º 174, relativa a 26 de junho, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Parecer relativo à PPL n.º 199/XIII/4.ª, que «Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 536/2014, relativo aos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano» - Autor do Parecer: Deputado Ricardo Baptista Leite

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o Parecer relativo à PPL n.º 199/XIII/4.ª, fazendo uma nota introdutória, dando conta do objeto, conteúdo e motivação da iniciativa e remetendo o enquadramento legal e constitucional e antecedentes para a respetiva Nota Técnica. Reservou a sua opinião para a discussão da iniciativa em plenário e concluiu com o entendimento de que estão reunidos os requisitos legais, constitucionais e regimentais para que seja votada naquela sede.

Os Deputados Joana Lima, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz cumprimentaram o Deputado autor do Parecer e disseram considerar o Parecer factual e objetivo, pelo que o votarão favoravelmente.

Os considerandos e as conclusões do Parecer foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2131/XIII/4.ª (PAN), que «Recomenda ao Governo que, com a comunidade médica e científica, analise a possibilidade de assegurar que o diagnóstico de Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção e a primeira prescrição de metilfenidato e atomoxetina a crianças são realizadas por médico especialista»

O Deputado André Silva apresentou o PJR n.º 2131/XIII/4.ª, caracterizando o problema da Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção (PHDA), referindo dados constantes do relatório da Direção Geral de Saúde «Saúde Mental 2015», sobre



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

o consumo por crianças de metilfenidato, bem como outras informações prestadas por médicos e psicólogos, para concluir que a sociedade tem hoje a percepção de que existe excessiva medicalização das crianças, exigindo-se uma intervenção do Estado. O PAN recomenda assim que o Governo, em articulação com os médicos e a comunidade científica, analise a possibilidade de assegurar que o diagnóstico de Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção e a primeira prescrição de metilfenidato e atomoxetina a crianças sejam realizadas por médico especialista.

A Deputada Ângela Guerra manifestou a sua convicção de que hoje em dia nenhum médico de família prescreve estes medicamentos a crianças sem ouvir os especialistas. Considera que esta matéria diz respeito à comunidade científica, mas nada tem a opor à iniciativa, porque é uma recomendação e não um projeto de lei.

A Deputada Eurídice Pereira disse que este não é um assunto novo, pois na Comissão tramitou há pouco uma iniciativa legislativa sobre esta matéria, que não chegou a bom porto. Defende o princípio de que a prescrição é um ato médico, regido pelo Código Deontológico dos Médicos, com isenção e liberdade para o seu exercício, não é uma questão do foro jurídico. A recomendação pode suscitar reflexão, eventualmente, mas a discussão deverá ter lugar entre a comunidade científica.

O Deputado Moisés Ferreira acrescentou que, segundo a Ordem dos Psicólogos, há efetivamente consumo excessivo de estimulantes do sistema nervoso central, aliás em Portugal consomem-se muitos psicofármacos, devido à ausência de intervenção, numa primeira linha, dos psicólogos. O BE apresentou em tempos um PJR recomendando um reforço dessa intervenção, o que lhe parece mais adequado, mas está de acordo com os objetivos definidos neste PJR. Não concorda com as restrições à prescrição e diagnóstico, porque os podem atrasar.

A Deputada Isabel Galriça Neto entende que quer a prescrição, quer o diagnóstico, são atos médicos, que não podem ser influenciados por via legislativa. É preciso introduzir mais rigor do ponto de vista da adequação da prescrição aos que dela precisam. Lembra que os médicos de família também são especialistas, em medicina familiar, por isso deverão também ter competência para diagnóstico.

A Deputada Carla Cruz chamou a atenção para a complexidade deste diagnóstico, que exigiria, de acordo com as boas práticas, a intervenção de uma equipa multidisciplinar, que envolvesse igualmente a observação em meio escolar, em



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

colaboração com pais e professores. A AR não se deve imiscuir no que é uma decisão médica, mas pode fazer recomendações.

O Deputado André Silva agradeceu as intervenções, dizendo que a realidade do excesso é verdadeira, e que existem dados inequívocos, considerando que a prescrição é um ato médico, mas que esta iniciativa não põe em causa a autonomia e a liberdade dos médicos.

A informação relativa à discussão do Projeto de Resolução n.º 2131/XIII/4.ª, do PAN será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

5. Discussão e votação do Parecer relativo ao «Relatório de 2017 sobre a situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e convencionados, no âmbito do sistema de saúde» - Autor do Parecer: Deputado Moisés Ferreira

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o Parecer sobre o Relatório de Acesso aos Cuidados de Saúde relativo a 2017, explicando o que trata em cada uma das partes, sendo a primeira *«dedicada à evolução do modelo organizacional para a prestação de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde e é analisada a evolução da oferta de cuidados de saúde no período compreendido entre os anos de 2010 a 2017»*, a segunda *«dedicada à análise do desempenho em termos de acesso a áreas específicas da prestação de cuidados de saúde no SNS»* e a terceira *«à apresentação dos resultados alcançados nas principais áreas da prestação de cuidados de saúde do SNS, nomeadamente nos cuidados de saúde primários, nos cuidados hospitalares, nos cuidados continuados integrados, no setor social e convencionado»*, destacando-se *«também os principais estudos e avaliações externas que têm incidido sobre o sistema de saúde português»*. Concluiu que este Relatório *«é um documento informativo relativamente à evolução da produção e tempo de resposta aos utentes referenciados, designadamente para as áreas dos cuidados de saúde primários, dos cuidados hospitalares cuidados continuados integrados»*, que o Parecer se encontra em condições de ser publicado no DAR e que deve ser remetido ao Governo, para conhecimento do executivo e divulgação no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

A Deputada Ângela Guerra disse considerar o Parecer objetivo, com conclusões que são os dados factuais, acrescentando que deveria ser abordada questão dos tempos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

de espera nas chamadas do INEM e que seria interessante que o Deputado tivesse emitido a sua opinião. Chamou a atenção para o facto de estarmos a analisar os dados de 2017, quando já deveriam ser os de 2018.

O Deputado António Sales lembrou que a entrega destes Relatórios, também em anteriores legislaturas não foi feita nunca dentro do prazo, cumprimentou o autor do Parecer e disse considerar o debate público sobre estes temas essencial. Sublinhou os indicadores que apresentam melhorias.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o Governo está dissociado da realidade, que se omitem dados, por exemplo quanto à saúde mental, e que noutras áreas, como a dos cuidados paliativos, estamos muito longe do que é necessário. Há entidades externas e credíveis que dizem que há subinvestimento.

A Deputada Carla Cruz considera o Parecer objetivo e entende que traduz os dados constantes do Relatório que foi enviado pelo Governo. O atraso no envio destes Relatórios, que é habitual, não é uma prática saudável. Embora os dados sejam de 2017, são conhecidos alguns dados de 2018, e persistem dificuldades e problemas em várias áreas.

O Deputado Moisés Ferreira agradeceu e informou que iria corrigir algumas falhas que detetou e acrescentar algumas das sugestões feitas.

Os considerandos e as conclusões do Parecer foram aprovados por maioria, com os votos a favor do PSD, PS, BE e PCP e a abstenção do CDS-PP, registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 906/XIII/2.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes que permitam o cumprimento da lei no que respeita às infeções hospitalares e reforce os estabelecimentos do SNS de meios humanos, materiais e financeiros imprescindíveis ao atingimento de tais fins»

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR n.º 906/XIII/4.ª, referindo dados constantes do *Guia Prático – Prevenção de Infeções Adquiridas no Hospital*, do INSRJ e salientando que a falta de controlo das infeções representa uma ameaça à saúde pública, sendo necessário alocar mais meios humanos e materiais ao Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA). O PCP recomenda assim ao Governo que seja feito um levantamento das entidades do SNS que não estão a cumprir a legislação em vigor, que estabeleça um plano para



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

que essas entidades a cumpram, que nos Grupos de Coordenação sejam integrados, para além dos médicos e enfermeiros, profissionais de farmácias, TSDT e assistentes operacionais e que lhes seja atribuída maior autonomia e capacidade de decisão, que se pondere a reposição do indicador que é o índice PPCIRA, no contrato programa a celebrar entre a ACSS e os hospitais, que se prossigam e reforcem os investimentos em edifícios, bem como a contratação de profissionais de saúde.

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu a apresentação do PJR, que diz respeito à sua área médica, dando conta de alguns dados factuais. Em 2013 foram implementados 10 projetos piloto, que tiveram bons resultados e que se deviam ter estendido a todo o SNS. Lembrou outras infeções associadas aos cuidados de saúde, para além das hospitalares, em lares e outras instituições, onde não há ações de intervenção com impacto. Referiu outra área relevante, conhecida como *One Health*, que tem a perspetiva de articular a saúde humana com a medicina veterinária, dando atenção ao uso excessivo de antibióticos em animais. Considera que os números das infeções continuam muito preocupantes, havendo que reforçar medidas, podendo a aprovação deste PJR, de forma unânime, constituir um bom sinal.

O Deputado António Sales referiu que estes temas suscitam muitas preocupações, razão pela qual foi criado o Programa. É relevante, entre outros, o fator literacia, que pode ajudar a divulgar práticas seguras. A prevalência das infeções em Portugal é superior à média europeia, o que torna importante a estratégia e a alocação de incentivos. Este Governo valoriza estes incentivos e não se podem aceitar retrocessos neste domínio. O PS acompanhará o PJR.

O Deputado Moisés Ferreira acrescentou acompanhar o diagnóstico e as propostas constantes do PJR, pois os níveis das infeções em Portugal estão acima dos de outros países. É preciso que os profissionais possam dispor de tempo para implementar o Programa e a forma mais eficaz será alocar mais recursos humanos e materiais a estas estratégias.

A Deputada Isabel Galriça Neto recordou que o PPCIRA foi criado na anterior legislatura com a preocupação de alocação de meios e profissionais. Pensa que a situação é dramática a nível da formação dos profissionais e que a AR deve recomendar o reforço destas áreas, para que se possa ir mais longe. Destaca o trabalho do atual Presidente da Comissão de Controlo da Infeção, que tem chamado a atenção para a falta de meios.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Carla Cruz concluiu dizendo que acompanha o que foi dito, que considera que o Programa está bem desenhado e que se deverão estender os projetos piloto a todo o país, pois é preciso atacar este problema de saúde pública.

A informação relativa à discussão do PJR n.º 906/XIII/2.ª PCP será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

7. Outros assuntos

O Presidente informou que irá calendarizar os trabalhos até ao final da sessão, informação que será enviada aos Deputados, bem como a lista de pendências, para que ainda possam ser terminadas algumas Petições. O processo legislativo relativo às Apreciações Parlamentares n.ºs 115 BE, 123 PCP e 125 PSD, será agendado para a próxima reunião. Deu conta de que, no que se refere ao processo na especialidade do PJI n.º 1221/XIII/4.ª, do BE, sobre taxas moderadoras, foram apresentadas duas propostas de audições, do MUSP, pelo PCP, e da Ministra da Saúde, pelo PS. Irá diligenciar no sentido de se fazer a audição da Ministra, sobre o processo legislativo e requerimentos pendentes.

A Deputada Ângela Guerra deu conta de ter sido informada de um problema que está a acontecer com o CNPMA, relativamente ao não pagamento, por parte da Secretária-Geral da AR, de senhas de presença e despesas com deslocações dos seus membros.

A Deputada Eurídice Pereira, que tem assento no Conselho de Administração da AR (CA), deu as informações de que dispunha, dizendo que contactará o Secretário-Geral para saber o que se passa e informará depois a Comissão.

A Deputada Carla Cruz disse ter conhecimento destas preocupações através do Deputado Bruno Dias, que também pertence ao CA, mas pensa que é nessa sede que deverá ser tratado e resolvido este assunto.

10:00 Audição conjunta: Isabel Aldir, Diretora do Programa Nacional para a Infecção VIH, Sida e Tuberculose; Luis Mendão, do Grupo de Ativistas em Tratamentos – GAT e Emília Rodrigues, Presidente da Associação SOS Hepatites, a requerimento do PSD, sobre «a não administração de tratamentos para doentes com Hepatite C nos hospitais do SNS»



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

O Presidente cumprimentou Isabel Aldir, Diretora do Programa Nacional para a Infecção VIH, Sida e Tuberculose, Luis Mendão e Helena Peixoto, do Grupo de Ativistas em Tratamentos – GAT e Emília Rodrigues, Presidente da Associação SOS Hepatites, que estão presentes nesta audição que foi solicitada pelo PSD, para obter esclarecimentos sobre «a não administração de tratamentos para doentes com Hepatite C nos hospitais do SNS». Informou ainda que Guilherme Macedo, do Centro Hospitalar de S. João, no Porto, também foi contactado para estar nesta audição, mas não teve disponibilidade, pelo que enviou um texto que foi distribuído a todos.

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o requerimento do PSD, referindo dados sobre estes doentes, perguntando quais são os tempos reais de espera pelo tratamento, por unidade hospitalar e que liberdade tem sido dada, pela tutela, para intervenções mais diretas.

Os Deputados Maria Lopes, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto, Carla Cruz e Maria Antónia Almeida Santos, colocaram diversas questões, sobre as razões dos atrasos, sobre qual é a sua dimensão e se se prendem com a alteração no modelo de financiamento.

Isabel Aldir respondeu às questões, falando do Portal Hepatite C, criado em 2014, que é uma ferramenta importante para avaliar esta área. Abordou as dificuldades dos tratamentos nas prisões, disse que é redutor pensar que a responsabilidade nos atrasos resulta do modelo de financiamento e concluiu que há casos pontuais em que o tempo de espera é mais dilatado, casos que estão a ser analisados para se ver quais são os constrangimentos.

Luis Mendão enfatizou as assimetrias regionais no acesso aos tratamentos, considerando que há problemas financeiros e que a alteração do modelo de financiamento dificultou as coisas, pelo que há que o repensar, pois seria preferível que estivesse centralizado. Espera que na próxima legislatura seja dada atenção a estes temas.

Emília Rodrigues acrescentou que há esperas entre 6 meses a um ano, pensando que não há falta de acesso, mas efetivamente não há acesso em tempo útil. Facultou alguns indicadores sobre tempos de tratamento, dizendo saber que há doentes e familiares desesperados à espera.

Helena Peixoto explicou as consequências da alteração do modelo de financiamento, identificando alguns hospitais que se queixam das mudanças.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

Na 2.ª ronda usaram da palavra, para comentar e pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Ricardo Baptista Leite, Maria Antónia Almeida Santos, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados por Emília Rodrigues, Luís Mendão e Isabel Aldir.

O Presidente agradeceu a presença de todos e disse que a Comissão estará sempre à disposição para os receber, bem como informações sobre esta matéria.

O registo áudio/vídeo desta audição pode ser acedido neste [link](#).

11:30 Audiência do Conselho Sub-Regional de Portalegre, da Ordem dos Médicos, sobre «o agravamento das condições em que sobrevive o Hospital Distrital de Portalegre»

O Presidente do Conselho Sub-Regional de Portalegre da Ordem dos Médicos, Jaime Azedo, fez-se acompanhar pelo Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães e pelo Presidente do Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos, Alexandre Lourenço.

Jaime Azedo fez uma apresentação em power point, abordando as condições de funcionamento do Hospital de Portalegre, referindo dados, designadamente, sobre a urgência médico-cirúrgica, a medicina interna, o número de médicos por especialidade, a redução de camas e o recurso a prestadores externos, devido à falta de profissionais.

O Bastonário da Ordem dos Médicos frisou que o Hospital tem sobrevivido à custa de prestadores externos, que representam gastos elevados. A Ordem está preocupada com os médicos internos, que não têm condições para fazer o internato, e tem de ser dada uma resposta. A solução não é deixá-los ir para outro lado, ou para fora do país, pois isso ainda agravará mais o problema em Portalegre. Deixa um grito de alerta aos Deputados, pedindo a sua ajuda.

Fizeram intervenções, para comentar e formular perguntas, os Deputados Cristóvão Crespo, Luís Testa, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, tendo sido pedidas informações sobre os requisitos mínimos básicos para a urgência médico-cirúrgica e sobre o modelo de gestão, sobre como tornar mais atrativo o hospital para jovens médicos, sobre que medidas poderão ser tomadas para fixar profissionais, sobre a resposta da tutela a esta situação e sobre como melhorar a integração dos vários níveis de cuidados de saúde.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.ª SL

Jaime Azedo respondeu às questões, e as respostas foram complementadas por Alexandre Lourenço e Miguel Guimarães, tendo o Bastonário informado que no prazo máximo de 15 dias enviará à Comissão uma proposta quanto a esta situação.

O registo áudio/vídeo desta audiência pode ser acedido neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 14:25 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 04 julho 2019.

O PRESIDENTE


(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 175/XIII/ 4.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Cristóvão Crespo
Jamila Madeira
Joana Lima
Luís Moreira Testa
Maria Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro
Luís Vales
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Miguel Santos

